

MEMORIAL DESCRITIVO

1 – OBJETIVO

Realizar serviço de coleta e pesagem de resíduos dos serviços de saúde, diariamente (salvo aos domingos), nos locais estabelecidos e constantes em mapa anexo, sendo 41 geradores municipais incluídas as instituições filantrópicas e 186 privados (esses condicionados a adesão espontânea), transporte e tratamento por inativação microbiana nível III, autoclave, incineração ou outro tratamento compatível com os resíduos previstos na Resolução CONAMA 358/05, observando-se também a portaria CVS 21 de 10/09/2008 e de acordo com a NBR 10004/2004, visando a preservação dos recursos naturais, o atendimento aos padrões de qualidade ambiental e de saúde, bem como, a disposição final em aterro devidamente licenciado para esse fim.

2 – CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

São objetos dessa coleta, pesagem, transporte e disposição final os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), assim classificados:

I - GRUPO A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção.

A1

1. culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética;

2. resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;

3. bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta;

4. sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre;

A2

1. carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microorganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anátomo-patológico ou confirmação diagnóstica;

A3

1. peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares;

A4

1. kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados;
2. filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares;
3. sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microorganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons.
4. resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo;
5. recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre;
6. peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anátomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica;

7. carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações; e

8. bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

A5

1. órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.

II - GRUPO B: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

a) produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos; imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações;

b) resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfestantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes;

c) efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores);

d) efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas; e

e) demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

III - GRUPO C: Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.

a) enquadram-se neste grupo quaisquer materiais resultantes de laboratórios de pesquisa e ensino na área de saúde, laboratórios de análises clínicas e serviços de medicina nuclear e radioterapia que contenham radionuclídeos em quantidade superior aos limites de eliminação.

V - GRUPO E: Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

As características originais de acondicionamento devem ser mantidas, não se permitindo abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra.

3 – DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA QUANDO DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

A empresa participante deverá apresentar declaração formal de que dispõe de veículos de transportes, tanto da coleta como para transporte externo, e que os mesmos atendem as Legislações e Normas pertinentes para transportes de produtos perigosos, especialmente as Resoluções da ANTT 420/2004 e 701/2004, bem como condições de apresentação de Laudo do INMETRO dos respectivos veículos e habilitados para as referidas funções.

Deverá ainda a empresa participante apresentar declaração de que reúne condições de viabilizar a obtenção do CADRI – Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais (Instrumento que prova o encaminhamento de resíduos industriais a locais de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, licenciados u autorizados pela agência ambiental).

A empresa participante será responsável pela veracidade das informações contidas nas referidas Declarações, sem prejuízos às sanções administrativas e medidas judiciais pertinentes.

A Empresa deverá efetuar seu cadastramento junto aos órgãos municipais (Vigilância Sanitária, Prefeitura), tendo em vista prestação de serviço no município de Bebedouro.

4 – CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, PESAGEM, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

Quando da execução do contrato a empresa vencedora deverá apresentar os devidos Licenciamentos Ambientais, tanto de Operação como de Funcionamento, comprovados mediante Licenças dos Órgãos Ambientais pertinentes ao referido Estado, bem como registro da empresa no IBAMA, face a necessidade de os estabelecimentos públicos e privados, que

geram RSS (Resíduos de Serviços de Saúde), necessitem de enviar periodicamente Relatório de Gerador de Atividades Potencialmente Poluidora.

Na hipótese de sub-empregada dos serviços de Tratamento e Disposição Final em Aterro Licenciado, a empresa vencedora deverá apresentar quando na execução o Termo de Compromisso registrado em cartório com empresa prestadora de serviço de tratamento de RSS ou carta de anuência detalhada, assinada com firma reconhecida, desde que a empresa prestadora de serviço apresente os licenciamentos ambientais exigidos e que possibilite a obtenção do CADRI; sendo necessário no caso de empresa diversa para tratamento e disposição final, a montagem de um processo para cada empresa.

No mais, quanto a coleta, transporte, tratamento e disposição final dever-se-á atender aos preceitos da Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2.005.